

JUSTIÇA E PUBLICIDADE EM IMMANUEL KANT: UMA RECONSTRUÇÃO SOCIONORMATIVA

Francisco Jozivan Guedes de Lima

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/7778>

RESUMO

Esta pesquisa estabelece uma interlocução com filósofos de relevância no âmbito das teorias contemporâneas da justiça tanto no seu viés procedimental e deontológico como Rawls, quanto no seu viés reconstrutivo da Teoria Crítica como Habermas e Honneth. Esta tese pretende reatualizar a concepção de justiça e publicidade em Kant a partir de uma reconstrução socionormativa. Ela tenciona ir além dos limites metafísicos apontando, sobretudo, para a necessidade de uma moral social mitigada, de uma epistemologia social e de uma opinião pública entendida como um ponto de equilíbrio entre o formal e o empírico. O primeiro capítulo defende a primazia de um modelo público de justiça como uma alternativa aos modelos metafísico e construtivista. O Estado kantiano será repensado para além dos limites liberais da proteção dos direitos individuais. Na Rechtslehre será discutido o papel social do Estado de direito na assistência aos mais pobres e excluídos. O segundo capítulo propõe um redimensionamento intersubjetivo da moral para além dos limites monológicos, destacando dentre outros aspectos as pré-condições sociais da autonomia. O terceiro capítulo reconstrói a publicidade kantiana a partir da opinião pública como sendo um instrumento de articulação entre o procedimental e o empírico. A reconstrução social da publicidade será proposta a partir de uma *Öffentlichkeit der Vernunft* em níveis epistemológico e estético. A publicidade da razão constitui uma afronta ao contexto de repressão e cerceamento da liberdade de expressão diagnosticado pelo próprio Kant em *Was ist Aufklärung*. Nesta tese, a opinião pública constitui uma capacidade política de oposição às injustiças públicas em níveis civil, internacional e cosmopolita. Portanto, a esfera pública kantiana será reavaliada para além dos limites da ideologia burguesa pontuados por Habermas. Como tópico final, a tese discute as implicações normativas da dicotomia entre cidadania ativa e passiva.

Palavras-chave: Justiça. Normatividade. Publicidade. Social

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº1	Julho 2016	p. 182-196
-----------------	-------------------	--------------	-------------	---------------	------------

WALTER BENJAMIN E A CATEGORIA DE EXPERIÊNCIA (Erfahrung)

Bruna de Oliveira Bortolini

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/7916>

RESUMO

O presente estudo versa sobre a categoria de Experiência (Erfahrung) no pensamento de Walter Benjamin. Para tanto, investiga inicialmente o contexto vivido pelo autor no período moderno com suas transformações tecnológicas e científicas e as influências por ele recebidas do filósofo Franz Rosenzweig, aspectos que de forma determinante irão marcar a sua própria compreensão a respeito de tal categoria. Num segundo momento, busca destacar, então, a compreensão de Benjamin sobre o tema, bem como a constelação de elementos que a este estão relacionados, dentre os quais se podem apontar a questão do tempo, da narrativa, da tradição, da memória e das situações limiares. Evidenciando ainda o empobrecimento da própria noção de Experiência frente ao advento da modernidade e aos impactos da Primeira Guerra Mundial, assim como sua conseqüente redução ao âmbito do experimento ocorrida nesse período. Agregando a isso também uma concepção instrumental da linguagem e da filosofia que passa a ser utilizada exclusivamente como guia para o conhecimento científico. Ponto que envolve ainda uma crítica à teoria do conhecimento de Immanuel Kant e as interpretações dela realizadas pela escola de Marburg. Razão pela qual discute, por fim, a urgência de se reconhecer a pobreza de Experiências em que vivemos e a exigência de recuperar a Experiência em sua plenitude ao discurso, em especial o filosófico, como forma de retomar o caráter expressivo da própria filosofia, outrora relegado ao esquecimento, bem como sua capacidade de pensar na temporalidade.

Palavras-chave: Experiência. Linguagem. Temporalidade. Experimento. Walter Benjamin

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº1	Julho 2016	p. 182-196
-----------------	-------------------	--------------	-------------	---------------	------------

O PROBLEMA DE GETTIER E A EPISTEMOLOGIA DO RACIOCÍNIO

João Rizzio Vicente Fett

Orientador: Prof Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/7995>

RESUMO

Reza a lenda que até o início da segunda metade do século XX, a comunidade filosófica aceitava tacitamente, desde os primórdios, uma definição tripartite de conhecimento, remontando aos textos platônicos, segundo a qual conhecimento é crença verdadeira justificada. Em 1963, porém, o filósofo Edmund Gettier publicou um artigo refutando essa definição através de dois contraexemplos. Ele mostrou que há casos nos quais é possível que acreditemos veraz e justificadamente em uma proposição sem que tenhamos conhecimento dela. O problema de Gettier exige que compreendamos como a análise tradicional (Platônica) deve ser alterada de modo que os contraexemplos criados por Gettier não constituam contraexemplos à análise modificada. Nesta dissertação, vamos examinar uma das respostas a esse problema: a teoria da anulabilidade, de Peter Klein. Esperamos, ao fim da apresentação da teoria de Klein, ter oferecido ao leitor boas razões para crer que a teoria da anulabilidade oferece uma análise do conhecimento interessante e promissora em muitos aspectos - não obstante objeções ainda não respondidas - colocando-se, assim, entre as melhores candidatas para a solução do problema de Gettier. Recentemente, contudo, uma grande ameaça se impõe ao anulabilismo de Klein: o problema do “conhecimento via falsidade”. Nos últimos dez anos, um bom número de ostensivos casos de conhecimento inferencial com base em crenças falsas foi posto em circulação, indo de encontro à enraizada tese Aristotélica sobre conhecimento inferencial, segundo a qual conhecimento inferencial só é produzido por crenças verdadeiras que são casos de conhecimento. Nossa última tarefa será, então, entender como o anulabilismo de Klein acomoda o novo dado epistemológico da possibilidade de haver conhecimento com base em falsidades.

Palavras-chave: O problema de Gettier. Conhecimento. Anulabilidade epistêmica. Conhecimento *via* falsidade. Justificação epistêmica. Peter Klein.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº1	Julho 2016	p. 182-196
-----------------	-------------------	--------------	-------------	---------------	------------

O HABITAR POÉTICO COMO TAREFA: HEIDEGGER E A QUESTÃO DA ESSÊNCIA HUMANA

Sabrina Ruggeri

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/8054>

RESUMO

Nossa proposta é a de inicialmente iluminar a noção de habitar como a articulação do pensamento heideggeriano em torno à questão da essência humana, e de fazê-lo a partir do horizonte específico dos escritos tardios de Heidegger, aqueles entre as décadas de 50 e 60. O problema central consiste em investigar num plano essencialmente prático de reflexão o que significa propriamente habitar, isto é, levantar a questão quanto ao sentido e mesmo à possibilidade de uma realização efetiva do habitar a partir de nosso próprio cotidiano. Nosso percurso parte do diagnóstico heideggeriano quanto a uma condição imprópria do homem contemporâneo e segue em direção a uma leitura do habitar como a resolução para este problema enquanto caminho para a apropriação da essência humana. Junto à pergunta acerca do modo de alcançar essa condição apropriada a partir de nosso próprio cotidiano, a tese a ser defendida é a de que este caminho se encontra na experiência da arte enquanto experiência da verdade, momento em que devemos travar um profícuo diálogo com o pensamento estético de Hans Ulrich Gumbrecht e a sua noção de presença. Por fim, nossa hipótese de trabalho é a de que o habitar poético pode ser lido como uma tarefa a ser assumida individualmente, como um exercício incessante de procura pela apropriação de si. Ao fim de nosso percurso, a questão da essência humana deve alcançar um escopo mais largo a partir do reconhecimento do corpo como parte integrante de seu conteúdo semântico, bem como o habitar deve emergir como uma postura transformada na relação com o mundo, uma postura de serenidade em que o habitante simplesmente deixa que as coisas repousem em si mesmas. O habitar poético deve então ser articulado como a tarefa da apropriação da essência humana.

Palavras-chave: Martin Heidegger. Habitar. Essência Humana. Vivência Estética. Hans Ulrich Gumbrecht.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº1	Julho 2016	p. 182-196
-----------------	-------------------	--------------	-------------	---------------	------------

AS VIRTUDES DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA: UMA AMPLIAÇÃO DA TEORIA DAS VIRTUDES DE ALASDAIR MACINTYRE

José Elielton de Sousa

Orientador: Prof. Dr. Nythamar Hilário Fernandes de Oliveira

Co-Orientador: Prof. Dr. Helder Buenos Aires de Carvalho

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/8195>

RESUMO

A tese consiste num esforço para ampliar a teoria das virtudes de Alasdair MacIntyre, através da adição de um terceiro conjunto de virtudes – as virtudes da responsabilidade compartilhada. Para tanto, primeiramente explicitaremos o caráter histórico, plural e inacabado de seu conceito de virtudes, através do entrelaçamento dos conceitos de prática, ordem narrativa de uma vida humana singular e tradição. Em seguida, considerando a fragilidade e dependência do animal humano, demonstramos o aspecto naturalista e aberto do conceito de bem humano que fundamenta o processo de transição da animalidade para a racionalidade, analisando os conceitos de identidade humana animal, racionalidade prática e florescimento. Por fim, ao reconhecermos os limites da teoria das virtudes de MacIntyre quanto às implicações da vulnerabilidade e dependência humana decorrente de sua condição animal, proporemos o acréscimo de um terceiro conjunto de virtudes à tipologia macintyriana: as virtudes da responsabilidade compartilhada.

Palavras-chave: Animalidade. Racionalidade. Florescimento. Bem. Virtude

A VONTADE GERAL: DO SÉCULO XVII À DEMOCRACIA DIGITAL

Tiago Porto Pereira

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/8353>

RESUMO

A Modernidade ofereceu à Filosofia um grande número de influentes pensadores cujas teorias até os dias de hoje se mantêm atuais. Dentre esses célebres autores figurou Jean-Jacques Rousseau, famoso sobretudo pelo conceito de *volonté générale*. Entretanto, o termo não foi criação sua, sendo usado com fins diversos desde Samuel Pufendorf. Dessa forma, o que o Cidadão de Genebra de fato realizou foi a apropriação do termo e sua secularização, atitude que revolucionou o pensamento político ao retirar o poder do governante e depositá-lo nas mãos dos cidadãos. Quase 240 anos se passaram desde a morte de Rousseau e tanto a sociedade quanto a política se complexificaram. Com o advento da Internet e da consolidação de uma sociedade em rede, formas de governança a partir das plataformas digitais começaram a ser debatidas por teóricos dos mais distintos campos do saber. Dentre os vários modelos políticos assim surgidos, desponta a democracia digital com a promessa de promover um ambiente propício para a participação cidadã. Considerando esses dados, o presente trabalho busca investigar a ideia de uma vontade geral em dois momentos distintos: inicialmente, desde a gênese do conceito até Rousseau; em seguida, como os elementos que constituem a *volonté générale* são encontrados na filosofia de John Rawls e na democracia digital. A nossa intenção é, portanto, compreender como o conceito pode se manter presente até a atualidade, demonstrando como a teoria do Cidadão de Genebra ainda dialoga conosco no século XXI.

Palavras-chave: Jean-Jacques Rousseau. Vontade Geral. John Rawls. Democracia Digital. Sociedade em Rede.

FREUD, LACAN, DERRIDA: PSICANÁLISE EM *DIFFÉRENCE*

Almerindo Antônio Boff

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/8354>

RESUMO

Ao criar a psicanálise, a partir do final do século XIX, Freud dedicou-se a explicitar os fundamentos epistemológicos em que alicerçava sua pretensão de haver criado uma nova ciência, um novo ramo das ciências naturais, com as quais ela compartilhava, portanto, tanto estes fundamentos epistemológicos quanto sua *Weltanschauung*. Em meados do século XX, e agora a partir da crítica à cientificidade da psicanálise provinda especialmente da epistemologia neopositivista, coube a Jacques Lacan retomar a questão da epistemologia da psicanálise para alicerçá-la sobre outros fundamentos. A presente tese procura evidenciar que, após a abordagem lacaniana do problema, vem de fora da psicanálise, mais precisamente da filosofia de Jacques Derrida, uma maneira original de conceber a psicanálise. Para Derrida, a psicanálise não apenas não cabe toda dentro dos limites de uma ciência regional, como vem a constituir, em harmonia com a grafemática derridiana, uma maneira original de pensar a constituição da realidade em geral. A tese percorre os caminhos da crítica derridiana à epistemologia freudiana e à psicanálise estruturalista lacaniana dos anos 50 do século XX, até encontrar-se com o pensamento contemporâneo que busca, no último Lacan pelo campo da psicanálise, e em Alain Badiou pelo campo da filosofia, a fundamentação destas no campo da formalização matemática. Além de permitir pensar uma nova epistemologia da psicanálise alicerçada em sua filosofia, a tese acompanha Derrida ao apontar para os desafios rumos de uma psicanálise por vir.

Palavras-chave: Derrida. Freud. Lacan. Dadiou. Epistemologia da Psicanálise. *différance*

JUSTIÇA: ENTRE A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E PONDERAÇÃO

Lourdes Pasa Albrecht

Orientador: Prof. Dr. Thadeu Weber
Grau: Mestrado
Data da defesa: 2016
Instituição: PUCRS
URL: <http://hdl.handle.net/10923/7486>

RESUMO

Esta investigação tem por objetivo mostrar que um caso concreto de colisão de direitos fundamentais decidido por meio da ponderação pode ser fundamentado racionalmente. A racionalidade da ponderação está ancorada nas razões estabelecidas por regras da argumentação prática geral e especificamente da argumentação jurídica, vinculando racionalmente argumentação e decisão dotada de autoridade. O que se pretende expor é o problema da inobservância das regras de argumentação jurídica racional e das regras próprias da ponderação na sua aplicação para decidir os casos de colisão de direitos fundamentais. Essa prática de decisão judicial pode tornar vulnerável a realização da justiça no caso concreto.

Palavras-chave: Justiça. Ponderação. Colisão de direitos fundamentais. Argumentação jurídica. Fundamentação.

PROBABILIDADE E BAYESIANISMO NA TEORIA EPISTÊMICA DE RICHARD SWINBURNE

André Luiz de Almeida Lisbôa Neiva

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/8356>

RESUMO

Este trabalho pretende explorar os aspectos centrais da teoria de probabilidade e do Bayesianismo objetivo de Richard Swinburne. No capítulo inaugural, apresentamos e avaliamos alguns pressupostos básicos da teoria de Swinburne, sobretudo as relações entre os conceitos de crença e probabilidade e a sua defesa do contrastivismo doxástico. No capítulo seguinte, oferecemos os axiomas e as definições do maquinário formal do cálculo de probabilidades e, em seguida, examinamos mais minuciosamente os diferentes tipos de probabilidade e o seu emprego no contexto de disputa entre internalismo e externalismo. No último capítulo, analisamos o Bayesianismo de Swinburne e os seus critérios de probabilidade lógica. O critério a priori de simplicidade é o mais importante na sua versão de Bayesianismo. Na parte final, discutimos alguns problemas e objeções à sua teoria e ao Bayesianismo como um todo. O problema da evidência antiga continua a ser o principal desafio à teoria de confirmação Bayesiana. Além disso, concluímos que o critério de simplicidade não é bem-sucedido em relação ao desideratum pretendido por Swinburne.

Palavras-chave: Bayesianismo. Confirmação. Evidência Antiga. Probabilidade. Simplicidade.

SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA NATUREZA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DO NATURALISMO PARA O PROBLEMA DA MORAL NA FILOSOFIA DE NIETZSCHE

Felipe Szyszka Karasek

Orientador: Prof. Dr. Nythamar Hilário Fernandes de Oliveira Júnior

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/8435>

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar o debate contemporâneo que propõe a relação do pensamento de Friedrich Nietzsche com o naturalismo filosófico. A partir dessa análise, procuro demonstrar que o pensamento de Nietzsche não pode ser relacionado com nenhum tipo de proposta naturalista fechada. Para atingir esse objetivo, analiso os seguintes argumentos: (i) o debate atual a respeito do naturalismo em Nietzsche tende a valorizar uma tipologia e se afasta do significado de filosofia proposto por ele; (ii) não é possível relacionar o pensamento de Nietzsche a um tipo de naturalismo fechado, mas é possível encontrar perspectivas naturalistas em sua filosofia; (iii) Nietzsche só pode ser considerado um filósofo naturalista se a sua filosofia representar um novo tipo de abordagem, diferente das categorias naturalistas que existem na filosofia contemporânea; (iv) suas perspectivas naturalistas estão relacionadas com uma noção de natureza distante do conceito de natureza proposto pelo naturalismo contemporâneo; (v) o problema da moral em Nietzsche está conectado com o seu projeto de transvaloração dos valores, o qual está sustentado pela sua noção de natureza; (vi) o problema da moral em Nietzsche pretende apreender o elemento trágico em sua constituição.

Palavras-chave: Nietzsche. Naturalismo. Natureza. Moral. Cultura.

I. KANT E G. W. F. HEGEL E A HISTÓRIA DA FILOSOFIA COMO UM SISTEMA DE RAZÃO

Eduardo Garcia Lara

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco

Co-Orientador: Prof. Dr. Danilo Vaz Curado Ribeiro de Menezes Costa

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/8459>

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a relação entre “Ciência” (“Wissenschaft”) e “História da Filosofia” (“Geschichte der Philosophie”) em Immanuel Kant (1724-1804) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) a partir da leitura, respectivamente, dos capítulos “A História da Razão Pura” (A852–856/B880–884) e “Arquitetônica da Razão Pura” (A832-B860/A851-B879), da primeira Crítica, e da Introdução de 1823-1827/1828 aos “Cursos sobre a História da Filosofia”. As perguntas que norteiam o trabalho são: “como os sistemas de Kant e Hegel, ainda que orientados a uma concepção sistemática de ciência, permitem a intervenção extrínseca da condição histórica da Filosofia?” e “como essa condição histórica afeta a constituição da cientificidade das teorias científicas?”. Embora Kant confira-lhe uma função regulativa e Hegel, em vez disso, um caráter constitutivo, procurar-se-á mostrar que, apesar das diferenças fundamentais, os dois autores concordam que o estudo da História da Filosofia deve exibir uma orientação sistemática que considere seu objeto de estudo a partir do seu desenvolvimento em direção a uma compreensão científica da disciplina. Nesta perspectiva, os sistemas filosóficos expõem o autodesenvolvimento da razão através do qual apreendem o seu esquema organizativo e a História da Filosofia é uma totalidade latente governada pela tensão entre a arquitetônica inerente à razão e o seu estágio particular de manifestação. Argumenta-se também que as respostas que esses dois autores forneceram ao problema da fundamentação científica do estudo da História da Filosofia quando elaboram seus esforços de propedêutica à disciplina apresentam funções específicas ao próprio modo como caracterizam a constituição do empreendimento científico. Colocando-se de outro modo, trata-se de compreender como uma teoria sistemática da racionalidade pode tornar possível uma visão articulada da história como dimensão intrínseca da própria razão à luz da aparente externalidade do processo histórico empírico. A partir da aparente relação de exclusão mútua da invariância, ou eternidade, da verdade e a mutabilidade constitutiva do tempo, ter-se-á, no Idealismo Alemão, a construção de um arcabouço teórico-conceitual que permite analisar o próprio modo como os dois filósofos pensam a racionalidade e os fundamentos do filosofar.

Palavras-chave: Ciência. História da Filosofia. Historiografia Filosófica no séc. XIX. Idealismo Alemão. Sistema e História.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº1	Julho 2016	p. 182-196
-----------------	-------------------	--------------	-------------	---------------	------------

A SUPERAÇÃO DO PROBLEMA DA REALIDADE NO PRIMEIRO HEIDEGGER

Cristian Marques

Orientador: Prof. Dr. Fábio Caprio Leite de Castro.

Co-Orientador: Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/8544>

RESUMO

O tema desta dissertação é o tradicional problema da realidade, a partir da perspectiva da obra do filósofo Martin Heidegger, no período em que lecionou na Universidade de Marburgo, entre os anos 1923 e 1928. O objetivo desta pesquisa foi determinar o sentido do termo 'realidade', no primeiro Heidegger, além de esclarecer a estratégia heideggeriana para resolver o assim designado problema da realidade. No percurso desta pesquisa, tratei de expor o surgimento do problema da realidade na filosofia moderna, desde Descartes até Kant, explicitando como tal problema atravessou a modernidade e se instalou no interior de alguns ramos da filosofia contemporânea sob outras designações. Explicito também a diferença entre a fenomenologia de Edmund Husserl e a de Martin Heidegger para evidenciar um elemento central do paradigma heideggeriano. Este elemento central, que é a transformação da fenomenologia de transcendental para fenomenologia hermenêutica, possibilitou uma melhor compreensão da estratégia de Heidegger para a superação do problema da realidade. Para esclarecer os passos dessa estratégia, empreendi a demonstração e explicitação da abordagem de Heidegger em duas obras-chave em que ele trata diretamente do tema da realidade: *Prolegomena zur Geschichte des Zeitbegriffs* (Prolegomena sobre a história do conceito de tempo) e *Sein und Zeit* (Ser e Tempo).

Palavras-chave: Problema da realidade. Ser-no-mundo. Fenomenologia Hermenêutica.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº1	Julho 2016	p. 182-196
-----------------	-------------------	--------------	-------------	---------------	------------

A INTER-RELAÇÃO BOURDIEUSIANA: HABITUS, CAMPO E CAPITAL

Olga Nancy Peña Cortés

Orientador: Prof. Dr. Norman Roland Madarasz

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/8545>

RESUMO

O ponto de partida do constructo teórico do filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu são as desigualdades existentes na realidade social. Na busca pela compreensão da realidade social e a posição do indivíduo perante a mesma, o autor elabora uma teoria a qual visa à superação da dicotomia das teorias subjetivistas e objetivistas presentes em sua época. Assimilando o pensamento relacional como fio condutor da teoria identificada como construtivismo estruturalista ou estruturalismo construtivista, o autor propõe relevar das pesquisas empíricas o senso prático das ações dos agentes sociais. Tal proposta apresenta uma teoria da prática ou praxiologia, na qual a prática é considerada o motor propulsor das posições, disposições e tomadas de posição do agente social. Com isso as noções de habitus, campo e capital são elaboradas oportunizando uma visão global do meio social a partir da noção de espaço social. A partir disso, a proposta desta pesquisa dissertativa possui como objetivo demonstrar a inter-relação da tríade de noções: habitus, campo e capital. No intuito de alcançar esse objetivo, inicialmente se propõe a contextualização do espaço-tempo do pensamento bourdieusiano, seguido da apresentação isolada de cada noção para finalizar com o levantamento dos pontos que auxiliam a demonstração da inter-relação da tríade das noções bourdieusianas.

Palavras-chave: Pensamento Relacional. Teoria da Prática. *Habitus*. Campo. Capital.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº1	Julho 2016	p. 182-196
-----------------	-------------------	--------------	-------------	---------------	------------

BELLUM JUSTUM E A JUSTIFICATIVA DA GUERRA: UM DILEMA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Marco Aurélio de Medeiros Jordão

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/8546>

RESUMO

Em filosofia política, a questão da guerra é fundamental para compreender o sentido próprio do que é a política em sua essência. O objeto desta tese é um tipo particular de guerra: a guerra justa. Tendo como principal objetivo construir critérios racionais para determinar como um Estado deve declarar uma guerra e como os combatentes devem se comportar no campo de batalha, o conceito de guerra justa tem sido utilizado por governantes contemporâneos para justificar guerras e fazê-las parecer legítimas para a opinião pública internacional. Essas justificativas são baseadas em três tradições: o direito natural, o direito internacional positivado e o realismo. Finalmente, o objetivo central desta tese é, primeiramente, demonstrar que essas três teorias, aparentemente díspares, devem ser pensadas juntas, para que esses critérios sejam efetivos. Em um segundo momento, intenciona demonstrar que a teoria de política internacional de Rawls é a que mais se aproxima em conciliar tais subtradições.

Palavras-chave: Guerra Justa. Legitimidade. Filosofia da Guerra. Política Internacional. John Rawls.

A CRÍTICA LEVINASIANA À ONTOLOGIA E AO SUJEITO: ASPECTOS DA RUPTURA DO EU E A RESPONSABILIDADE COMO CONSTITUINTE DA SUBJETIVIDADE

Águeda Vieira Martinelli

Orientador: Prof. Dr. Norman Roland Madarasz

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2016

Instituição: PUCRS

URL: <http://hdl.handle.net/10923/8594>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo evidenciar na obra de Emmanuel Levinas a crítica a ontologia e ao sujeito. Veremos, desde seus primeiros trabalhos, o surgimento de um existente na existência que tenta escapar de si, evadir-se. Este existente, este sujeito que é o eu, vive em um mundo no qual consegue se manter através do trabalho e do consumo. Porém, o eu encontra um ser que resiste, o Outro. Mostraremos como no eu surge o Desejo que abre nele a possibilidade de acolher esta alteridade, de modo que a relação ética entre o Eu e o Outro seja possível. Veremos a importância da relação erótica para o autor, pois é a abertura, através do filho, para as relações em sociedade e para a própria sociedade, além de ser a transcendência do eu em seu filho. Analisaremos algumas questões acerca do feminino, para melhor compreender sua relevância no pensamento de Levinas. Trataremos, por último, da responsabilidade que constitui a subjetividade do eu na relação com o Outro, de maneira que o eu se torna um-para-o-outro, até a substituição. Como a relação de responsabilidade somente é possível no face a face, entre dois termos, a justiça surge para que o terceiro não seja excluído da ética, de maneira que a responsabilidade perpassa as relações em sociedade.

Palavras-chave: Eu. Outro. Ética. Fecundidade. Feminino. Substituição. Subjetividade. Responsabilidade. Terceiro